

Raio-X da Reforma Administrativa

Reforma Administrativa na
Câmara dos Deputados

MALTA adv



Sumário

1.Introdução	3
2.Linha do tempo - PEC 32/2020	4
3.Histórico da PEC 32/2020	5
4.Discussões da Reforma no governo Lula	6
5.Estrutura do GT da Reforma Administrativa	6
5.1. Funcionamento e Metodologia	6
5.2. Função e objetivos	7
6.Membros do Grupo de Trabalho (GT)	8
6.1. Perfil político dos parlamentares	8

Introdução

O presente material, elaborado pelo escritório **Malta Advogados**, tem como objetivo oferecer uma análise qualificada sobre a retomada das discussões em torno da Reforma Administrativa, a partir da instalação do **Grupo de Trabalho (GT)** voltado ao reexame desta discussão, tendo como ponto de partida a **Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 32 de 2020**.

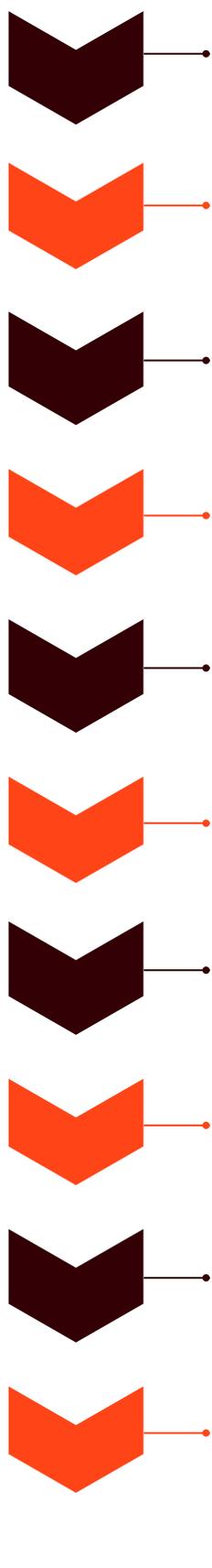
Com a reabertura desse debate no Congresso Nacional, o tema volta ao centro da agenda política e legislativa, mobilizando distintos interesses e exigindo acompanhamento atento e estratégico. O conteúdo a seguir reúne as atualizações mais relevantes até o momento, contextualizando o ambiente político-institucional em que o GT foi instalado e destacando os principais pontos de tensão e articulação em torno da matéria.

Além disso, apresenta um mapeamento dos principais atores envolvidos, incluindo os perfis dos parlamentares que integram o GT bem como dos ministros de Estado, cujas pastas possuem interface direta com a proposta, fornecendo, desta forma, um panorama abrangente das forças que devem influenciar os rumos da reforma.

A análise aqui reunida busca contribuir para a formulação de estratégias de atuação política e institucional diante de um tema com potencial de amplo impacto sobre o serviço público e a estrutura do Estado brasileiro.

Linha do tempo

PEC 32/2020

- 
- 03/09/2020**
Apresentação da PEC 32/2020 pelo Poder Executivo à Câmara dos Deputados.
 - 09/09/2020**
Despacho da Mesa Diretora encaminha a proposta à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) para análise de admissibilidade.
 - 25/05/2021**
CCJC aprova a admissibilidade da proposta, com parecer favorável do relator Darci de Matos.
 - 09/06/2021**
Instalação da Comissão Especial na Câmara dos Deputados para análise de mérito da PEC. **Relator:** Deputado Arthur Oliveira Maia.
 - 01/09/2021**
Apresentação do primeiro parecer do relator na Comissão Especial.
 - 22/09/2021**
Apresentação de complementação de voto pelo relator, com alterações no texto após negociações e críticas.
 - 23/09/2021**
Aprovação do parecer com a complementação de voto pela Comissão Especial.
 - 09/12/2021**
Apresentação de nova complementação de voto por Arthur Oliveira Maia, em tentativa de retomar o debate no plenário.
 - Março/2022**
O presidente da Câmara, Arthur Lira, declara que não há ambiente político para votar a PEC no plenário, paralisando a tramitação.
 - 28/05/2025**
Criação de Grupo de Trabalho na Câmara dos Deputados para retomar o debate da reforma administrativa, com foco na reavaliação da PEC 32/2020 e na construção de uma nova proposta.

Histórico

PEC 32/2020

Apresentada pelo governo Bolsonaro em 2020, a **Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020**, que ficou conhecida como a PEC da Reforma Administrativa propunha a reestruturação do serviço público no Brasil

A proposição foi protocolada na Câmara dos Deputados em 3 de setembro de 2020, de autoria do Poder Executivo. No mesmo mês, a Mesa Diretora encaminhou a proposta à **Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)**, instância responsável pela análise da admissibilidade de emendas constitucionais, ou seja, se a proposta respeita os preceitos formais da Constituição Federal.

A discussão na CCJC começou ainda em setembro, mas encontrou forte resistência da oposição e de entidades do funcionalismo público. Após intensos debates e sucessivos adiamentos, a **admissibilidade foi aprovada em 25 de maio de 2021**, com parecer favorável do relator Darci de Matos, permitindo o encaminhamento da PEC à Comissão Especial.

A **Comissão Especial** foi instalada em 9 de junho de 2021, sob relatoria do deputado Arthur Oliveira Maia. Entre junho e setembro, o colegiado promoveu uma série de audiências públicas, reuniões técnicas e debates políticos com o objetivo de aprofundar a análise do mérito da proposta. O primeiro parecer do relator foi apresentado em 1º de setembro de 2021, mas diante das críticas recebidas, especialmente por parte de representantes das carreiras públicas, ele apresentou uma complementação de voto em 22 de setembro, incorporando modificações ao texto original. No dia seguinte, 23 de setembro, a **Comissão Especial aprovou o parecer com a complementação de voto**, encerrando a fase de deliberação nesse colegiado.

Encaminhada ao **Plenário da Câmara**, a proposta não chegou a ser votada. Em 9 de dezembro de 2021, Arthur Oliveira Maia apresentou uma nova complementação de voto, com o objetivo de retomar o debate e construir uma base de apoio mais ampla. No entanto, o ambiente político estava marcado por resistências crescentes e falta de consenso. Em março de 2022, o **presidente da Câmara, Arthur Lira, declarou publicamente que não havia condições políticas para levar a PEC à votação**, o que, na prática, estagnou sua tramitação.

Apesar da paralisação formal da PEC, a discussão sobre a reforma administrativa nunca foi totalmente abandonada. Em 28 de maio de 2025, a Câmara dos Deputados instituiu oficialmente um **Grupo de Trabalho voltado à retomada do debate sobre a reforma**. Composto por parlamentares de diferentes partidos, o grupo tem a missão de revisar o conteúdo da PEC 32/2020, avaliar suas críticas e propor uma eventual nova versão mais consensual. A criação do grupo sinaliza a intenção de resgatar o tema com nova abordagem política e técnica, buscando equilibrar as demandas por modernização do Estado com o respeito às garantias institucionais dos servidores públicos.

Discussões da Reforma no governo Lula

À época apresentada pela gestão Bolsonaro, a PEC enfrentou forte resistência do PT e siglas aliadas, contudo, apesar da votação apertada, a atuação não foi suficiente para impedir a aprovação do parecer pela admissibilidade da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), nem o substitutivo apresentado pelo deputado Arthur de Oliveira Maia (UNIÃO/BA) na comissão especial.

Durante a campanha presidencial, Lula fez declarações contra a reforma, e defendeu a estabilidade e valorização dos servidores públicos, contudo, apesar da posição inicialmente contrária do PT, a conjuntura é radicalmente diferente daquela apresentada em 2020 e 2021, quando o partido era oposição ao governo federal, ademais, com a implementação do Arcabouço Fiscal no início de 2024, o governo tem buscado formas de conter gastos e/ou aumentar a arrecadação para cumprir com as novas metas, com isso, a oposição intransigente à reforma deve se dissipar. Além disso, siglas e atores, na época favoráveis à PEC, hoje compõem o governo, como é o caso da ministra Simone Tebet (MDB), e do PSD, do qual o coordenador do GT, deputado Pedro Paulo (RJ), é membro.

Estrutura do GT da Reforma Administrativa

Mediante nova conjuntura, o Grupo de Trabalho agora instalado para debater um novo texto da Reforma Administrativa, foi composto por um grupo plural de parlamentares, reunindo membros de diversos partidos e espectros ideológicos. Estão entre eles nomes como André Figueiredo (PDT), Marcel Van Hattem (NOVO), Pedro Paulo (PSD), Pedro Uczai (PT) e Zé Trovão (PL), além de outros 10 parlamentares de diferentes legendas. O grupo conta com o apoio técnico de consultores legislativos e assessores parlamentares designados para acompanhar e alimentar os debates.

Além disso, foi criada uma equipe de apoio técnico, com representantes da Consultoria Legislativa da Câmara (CONLE) e assessores diretos dos gabinetes dos parlamentares participantes. A coordenação executiva está centralizada no secretário Saulo Augusto Pereira, com base física no Anexo II da Câmara dos Deputados.

Funcionamento e Metodologia

O GT estabeleceu um cronograma extenso de reuniões, audiências públicas, encontros com especialistas e eventos em parceria com instituições como INSPER, FGV e Movimento Brasil Competitivo. Esse calendário previu momentos de coleta de propostas, análise técnica, consolidação de relatórios e construção de minutas legislativas.

As contribuições devem ser enviadas por e-mail institucional e são disponibilizadas no site oficial do grupo para garantir a transparência. A entrega da proposta final está prevista para julho de 2025, com relatórios e minutas formatadas como:

- Proposta de Emenda à Constituição (PEC)
- Projeto de Lei Complementar (PLP)
- Projeto de Lei Ordinária (PL)

Cada sugestão colhida será encaminhada em um desses formatos, conforme a natureza da alteração legal necessária.

Função e objetivos

O GT tem como missão propor uma reforma administrativa que modernize o Estado brasileiro, com foco na melhoria da entrega dos serviços públicos ao cidadão. Suas premissas incluem:

Não realizar ajuste fiscal como objetivo central, embora reconheça que ganhos fiscais podem ocorrer como efeito colateral;

Preservar direitos fundamentais dos servidores públicos, inclusive a estabilidade;

Combater privilégios, supersalários e abusos como o excesso de teletrabalho;

Implantar avaliação por desempenho, meritocracia e bonificações vinculadas a resultados;

Propor medidas aplicáveis aos três poderes e aos três entes federativos (União, Estados e Municípios);

Apoiar a inovação, digitalização e boas práticas de gestão em todas as esferas.

A reforma se estrutura em cinco eixos temáticos:

-  **Estratégia** – Planejamento, estrutura organizacional e processos;
-  **Admissão** – Vínculos, concursos, estágio probatório e contratações temporárias;
-  **Desenvolvimento de Carreira** – Avaliação, mobilidade, bonificações e liderança;
-  **Capacidade e Velocidade de Entrega** – Inovação, digitalização e combate a privilégios;
-  **Governança e Implementação** – Aplicação federativa, transparência, dados e instrumentos de governança.

Membros do Grupo de Trabalho (GT)

Perfil político dos parlamentares

Pedro Paulo (PSD/RJ)

Coordenador

Profissão: Economista

Nascido no Rio de Janeiro/RJ, em 1972, Pedro Paulo Carvalho Teixeira é formado em Economia pela Universidade Cândido Mendes, e mestre em Política Aplicada e Governo pela Fundação Internacional e Ibero-americana de Administração e Políticas Públicas (FIIAPP).



Então filiado ao PDT, Pedro Paulo iniciou na política como subprefeito da Barra da Tijuca em 2001. Aliado do ex-prefeito Cesar Maia (PSD), Pedro foi indicado à Secretaria Municipal de Meio-Ambiente um ano depois. Permaneceu no cargo até as eleições gerais seguintes, quando se candidatou à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), tendo sido eleito com mais de 30 mil votos.

Pelo MDB, foi eleito Deputado Estadual do Rio de Janeiro, em 2006, na ALERJ atuou como Presidente da Comissão de Saneamento Ambiental e como vice-presidente do Conselho de Ética. Filiou-se ao DEM em 2018 e permaneceu no partido pouco tempo após a fusão com o PSL, que formou o atual União Brasil, acompanhou a saída do seu grupo político da sigla e entrou no PSD antes das eleições de 2022.

Eleito deputado federal em 2010, conquistou mandatos em todas as legislaturas desde então. Licenciou-se do cargo em 2021, quando seu aliado, Eduardo Paes (PSD) voltou a assumir a Prefeitura do Rio de Janeiro, e o indicou à Secretaria de Fazenda e Planejamento do município.

Pedro Paulo tem um histórico de defesa da austeridade, com votos favoráveis ao Teto de Gastos em 2016, e ao Arcabouço Fiscal e sua revisão, em 2023 e 2024, respectivamente. Na mesma linha, ao ser designado coordenador do GT da Reforma Administrativa, o deputado prometeu “atacar privilégios”, propondo um ajuste que contemple folhas de pagamento, previdência, verbas indenizatórias e gastos correlacionados. Apesar disso, afirma que o enfoque dos trabalhos não será contenção de gastos, e garante que a reforma “não vai mexer em direitos.”

Próximo de Hugo Motta, que pretende tornar a Reforma Administrativa uma das marcas da sua gestão da Câmara dos Deputados, Pedro Paulo é um nome de confiança do presidente. Ademais, é esperado que seja um conciliador no papel que terá na tramitação da PEC, dada a sua proximidade com o governo Lula (PT), evidenciada pela vice-liderança do governo e da maioria na Câmara, que conquistou recentemente.

Cargos CD:

- Deputado Federal desde 2011;
- Vice-líder do governo e vice-líder da maioria.

Outros cargos:

- Deputado Estadual do RJ (2007-2010);
- Secretário da Casa Civil do RJ (2009-2014);
- Secretário de Fazenda e Planejamento do RJ (2021-2022).

CESP PEC 32: não era membro, PSD votou sim.

Alice Portugal (PcdoB/BA)

Coordenadora da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público

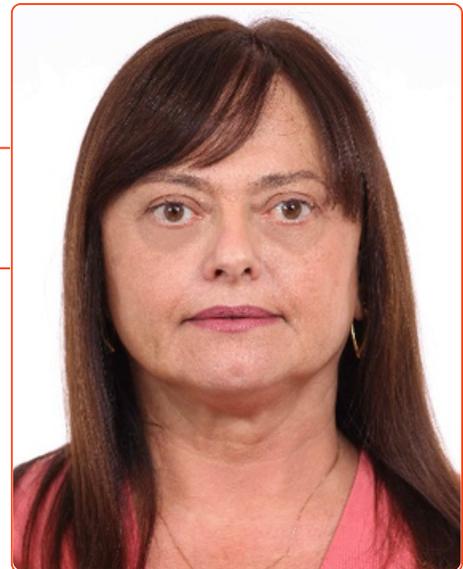
Profissão: Farmacêutica e Química**Cargos CD:**

- Deputada Federal desde 2003;
- 3ª Coordenadora Adjunta da Bancada Feminina;
- Comissão de Educação;
- Comissão de Administração e Serviço Público;
- Comissão de Cultura;
- Comissão Especial sobre o Plano Nacional de Educação 2024-2034 (PL 2614/24).

Outros cargos:

- Deputada Estadual da Bahia (1995-2003);

CESP PEC 32: não era membro, PcdoB votou não. É contrária, é ex-sindicalista e alinhada a pautas dos servidores.



André Figueiredo (PDT/CE)

Coordenador da Frente Servir Brasil

Profissão: Advogado, economista e empresário

Cargos CD:

- Membro das Comissões de Trabalho; Turismo; Esporte; Comunicação; Especial da Lei de Incentivo ao Esporte (PLP 234/24); Especial sobre Agentes de Saúde e de Combate às Endemias (PEC 014/21).

Outros cargos:

- Presidente do Sindicato dos Economistas do Ceará (1991);
- Deputado Federal desde 2003;
- Ministro das Comunicações (2015-2016);
- Presidente do PDT (2023-2025).

CESP PEC 32: membro titular, votou não.



Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE/RJ)

Profissão: Empresário

Cargos CD:

- Deputado Federal desde 2011;
- Comissão Especial da Imunidade Tributária (PEC005/23);
- Comissão de Defesa do Consumidor;
- Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional;
- Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência;
- Comissão Especial sobre Direito Digital;



Cargos CD:

- Comissão Especial sobre Limite Precatório e Débitos Previdenciários (PEC 066/23);
- Comissão Especial sobre Inteligência Artificial (PL 2338/23);
- Grupo de Trabalho para Consolidação da Legislação Brasileira.

CESP PEC 32: suplente, não votou, mas o titular votou não.

Dr. Frederico (PRD/MG)

Profissão: Médico e bombeiro

Cargos CD:

- Deputado Federal desde 2019;
- Comissão Especial sobre o Combate ao Câncer no Brasil;
- Comissão Especial sobre Violência Obstétrica e Morte Materna;
- Comissão Externa sobre o deslizamento de rejeitos de minério em Conceição do Par;
- Comissão de Saúde;
- Comissão de Legislação Participativa.



CESP PEC 32: não era membro, partido não existia.

Fausto Santos Jr. (UNIÃO/AM)

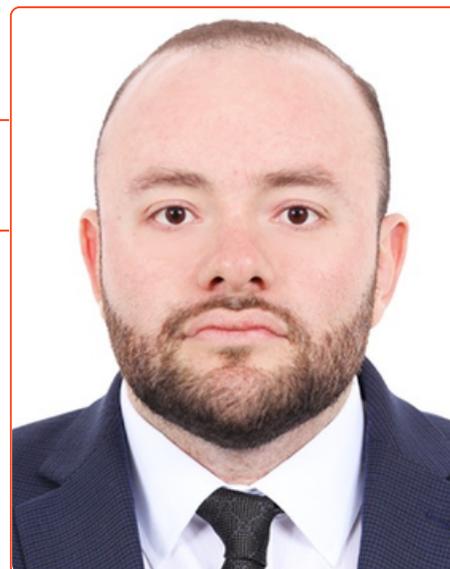
Profissão: Empresário

Cargos CD:

- Deputado Federal desde 2023.

Outros cargos:

- Deputado Estadual do Amazonas (2019-2023);
- Secretário de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano do Amazonas (2024).



CESP PEC 32: não era membro.

Gilberto Abramo (REPUBLICANOS/MG)

Profissão: Comunicador e gestor público

Cargos CD:

- Deputado Federal desde 2019;
- Líder do Republicanos;
- Comissão de Viação e Transportes.

Outros cargos:

- Deputado Estadual de MG (2003-2019).



CESP PEC 32: não era membro, Republicanos votou sim.

Julio Lopes (PP/RJ)

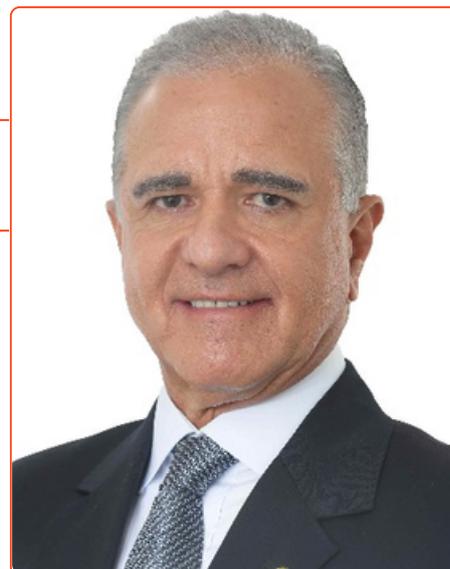
Profissão: Administrador de empresas

Cargos CD:

- Deputado Federal desde 2003;
- Comissão de Minas e Energia;
- Comissão de Desenvolvimento Econômico;
- Vice-líder do Bloco.

Outros cargos:

- Secretário de Transportes do RJ (2007/2011-2014).



CESP PEC 32: não era membro, PP votou sim.

Luiz Carlos Hauly (PODEMOS/PR)

Profissão: Economista e Professor (educação física)

Cargos CD:

- Deputado Federal desde 1991;
- Comissão de Finanças e Tributação;
- Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional;
- Comissão Especial sobre Alteração da Legislação do Imposto de Renda (PL 1087/25).

Outros cargos:

- Vereador de Cambé/PR (1973-1977);
- Prefeito de Cambé/PR (1983-1987);
- Secretário da Fazenda do PR (2011-2013).



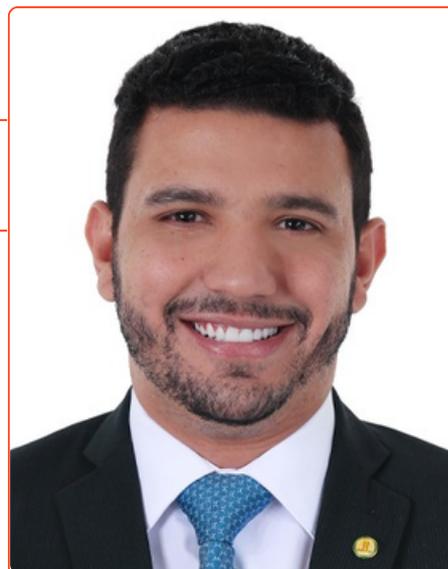
CESP PEC 32: não era membro, Podemos não orientou. O deputado Hauly já se manifestou publicamente sendo favorável.

Neto Carletto (AVANTE/BA)

Profissão: Empresário

Cargos CD:

- Deputado Federal desde 2023;
- Líder do governo até maio de 2025;
- Comissão Externa sobre Obras Públicas Paralisadas e Inacabadas no País;
- Comissão de Viação e Transportes.



CESP PEC 32: não era membro.

Pedro Campos (PSB/PE)

Profissão: Engenheiro

Cargos CD:

- Deputado Federal desde 2023;
- Líder do PSB;
- Comissão Especial sobre Transição Energética e Produção de Hidrogênio Verde;
- Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania;
- Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.



CESP PEC 32: não era membro, PSB votou não.

Pedro Uczai (PT/SC)

Profissão: Professor

Cargos CD:

- Deputado Federal desde 2011;
- 1º Vice-presidente da CESP do PNE;
- Comissão de Educação;
- Comissão de Legislação Participativa;
- Comissão Especial sobre Inteligência Artificial (PL 2338/23);
- Comissão Especial sobre o Plano Nacional de Educação 2024-2034 (PL 2614/24).

Outros cargos:

- Deputado Estadual de SC (1995-2000/2007-2011);
- Vice-prefeito de Chapecó/SC (2001-2002);
- Prefeito de Chapecó/SC (2002-2004).

CESP PEC 32: não era membro, PT votou não.



Reginaldo Veras (PV/DF)

Profissão: Professor

Cargos CD:

- Deputado Federal desde 2023;
- Comissão de Educação.

Outros cargos:

- Deputado Distrital (2015-2022).

CESP PEC 32: não era membro, PV votou NÃO. É alinhado a pautas dos servidores.

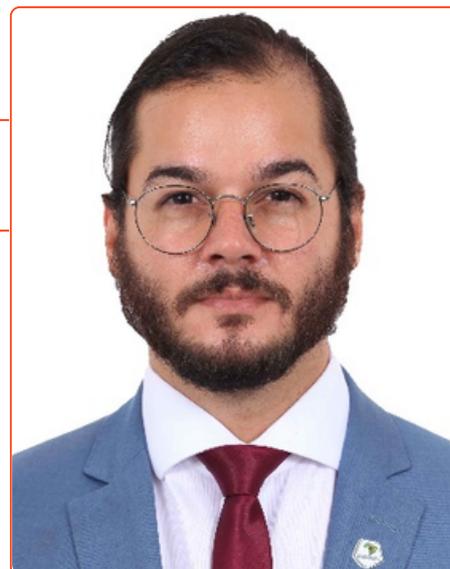


Túlio Gadêlha (REDE/PE)

Profissão: Consultor e Servidor Público

Cargos CD:

- Deputado Federal desde 2019;
- Comissão Especial sobre Transição Energética e Produção de Hidrogênio Verde;
- Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;
- Comissão de Comunicação;
- Grupo de Trabalho para Consolidação da Legislação Brasileira (Código Brasileiro de Inclusão).



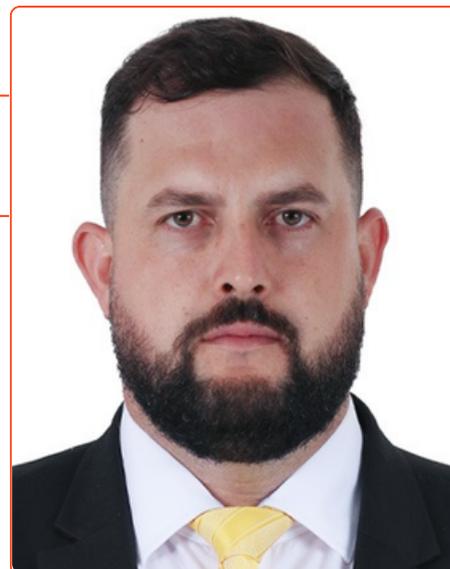
CESP PEC 32: não era membro, REDE (atual) votou não, PDT (ex-membro) também.

Zé Trovão (PL/SC)

Profissão: Caminhoneiro e vendedor

Cargos CD:

- Deputada Federal desde 2023;
- Comissão Especial sobre Prevenção e Auxílio a Desastres e Calamidades Naturais;
- Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural;
- Comissão Especial sobre o Plano Nacional de Educação 2024-2034 (PL 2614/24).



CESP PEC 32: não era membro, PL votou sim.

Prof. Luciene Cavalcante (PSOL/SP)

Profissão: Professora e advogada

Cargos CD:

- Deputada Federal desde 2023;
- Vice-Líder da Federação PSOL/Rede;
- Comissão de Administração e Serviço Público;
- Comissão de Educação;
- Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional;
- Comissão Especial sobre Limite Precatório e Débitos Previdenciários (PEC 066/23).

Outros cargos:

- Vereadora de Niterói/RJ (2017-2019).



CESP PEC 32: não era membro, PSOL votou não. É sindicalista e alinhada aos interesses dos servidores

Marcel van Hattem (NOVO/RS)

Profissão: Jornalista; Jornaleiro; Cientista político; Secretário; Desenhista; Consultor; Tradutor; Escritor.

Cargos CD:

- Deputado Federal desde 2019;
- Coordenador da Comissão de Danos Causados Pelas Enchentes No Rio Grande do Sul;
- Vice-líder da Minoria;
- Comissão Externa sobre Danos Causados pelas Enchentes no Rio Grande do Sul.

Outros cargos:

- Vereador de Dois Irmãos/RS (2005-2009);
- Deputado Estadual do RS (2015-2018).



CESP PEC 32: titular, votou sim.



www.maltaadvogados.com

Brasília | São Paulo | Curitiba